

revolta e ética anarquista

nildo avelino*

Estudar a memória do Centro de Cultura Social e de seus membros é um trabalho de geração. Fundado em 14 de Janeiro de 1933, ele é resultante de uma tradição anarquista que remonta ao início do século XX com uma intensa atividade anarco-sindicalista na cidade de São Paulo.

No início do século passado, o sindicato foi o grande baluarte das lutas e reivindicações operárias de influência anarquista; houve outras frentes de batalha dos libertários, como o anti-clericalismo e o anti-militarismo, mas quase sempre foram conduzidas tendo à frente o sindicato operário como força de mobilização para a prática revolucionária.

Os antecedentes históricos do anarco-sindicalismo brasileiro são encontrados na fundação da Associação Internacional de Trabalhadores, conhecida como 1ª Internacional, no dia 28 de setembro de 1864, durante o *meeting* de St. Martin's Hall, em Londres. O histórico da 1ª Internacional é fundamental para se entender o movimento social europeu e seus desdobramentos futuro, correspondendo aos anos de 1860-1870, uma

* Mestrando em Ciências Sociais na PUC-SP e integrante do Centro de Cultura Social de São Paulo.

década localizada entre os acontecimentos de 1848 e a Comuna de Paris, refletindo o despertar do movimento operário para um radicalismo crescente.

Alguns dos traços distintivos da ação sindicalista revolucionária são encontrados já no 1º Congresso de Genebra, em 1866, quando na seção do dia 5 de setembro são discutidos os onze artigos que compõem seus estatutos provisórios. Em relação ao artigo 8º, que trata das condições exigidas para adesão, o congresso registra “*uma longa e animada discussão*”¹; parte da assembléia pede que qualquer cidadão, mesmo não sendo trabalhador manual, possa fazer parte da Associação; já os delegados de Paris e Suíça, em sua maioria proudhonianos, exigiam ao contrário, a qualidade de trabalhador manual, sob alegação de que a Associação poderia ser vítima de muitos ambiciosos e aventureiros, objetivando tornarem-se senhores da Associação e utilizá-la para seu próprio interesse. Depois de longa discussão, a assembléia pronunciou que:

“Será admitido como membro da Associação Internacional de Trabalhadores qualquer homem que possa justificar sua qualidade de trabalhador; deste modo, cada seção terá liberdade para admitir, sob sua responsabilidade, a quem julgue conveniente”².

Todavia, a polêmica reaparece na seção do dia 8, novamente envolvendo os proudhonianos, e desta vez na discussão do item 11 dos “regulamentos especiais” da Associação, o qual dispunha que “*cada membro da Associação tem direito a votar e ser votado para delegação*”³. Nesta ocasião Tolain, delegado da seção parisiense, objeta:

“Se é indiferente admitir como membro da Associação Internacional cidadãos de todas as classes, trabalhador ou não, não deve ocorrer o mesmo quando se trata de eleger um delegado. Em presença da organização social atual em que a classe trabalhadora sustenta uma luta sem trégua nem descanso contra a classe burguesa, é útil, é mesmo indispensável que todos os homens que sejam encarregados de representar

grupos operários, sejam trabalhadores”⁴.

A mencionada preocupação do proudhoniano Tolain, que ao querer como delegados dos operários apenas trabalhadores manuais, além de exteriorizar sua desconfiança das profissões liberais de origem burguesa, denota igualmente, e com mais força, a influência das idéias de Proudhon, e mais particularmente de sua obra póstuma *A Capacidade Política da Classe Operária*, na qual Proudhon coloca o operário como sujeito da ação revolucionária sem qualquer intermediação.

Com isso quero afirmar que, abstraindo as origens filosóficas do anarquismo e de sua eventual filiação em revoltas e aspirações populares de um passado anterior, é certo dizer que seu aparecimento enquanto movimento social definido se dá como expressão do movimento operário, como sindicalismo revolucionário desde o berço. Proudhon, considerado o “pai do anarquismo moderno”, tem ele mesmo origem operária e todo seu pensamento constituiu uma reflexão sobre a realidade destes a quem ele considerava “irmãos de miséria”; após sua morte, o pequeno grupo que irá constituir o núcleo da AIT na França se declarará mutualista. Desta forma, o anarquismo ganha expressão de movimento social, inicialmente, vendo no sindicato o grupo essencial, o órgão específico da luta de classes e o núcleo re-organizador da sociedade futura: a emancipação operária se daria pela prática revolucionária na luta solidária dos operários contra os patrões, cujo o objetivo buscava a organização e a crescente federação dos sindicatos.

Se essas são as origens das práticas anarquistas, muito ainda se daria com a cisão da 1ª Internacional entre centralistas e federalistas, uma nova orientação seria dada às concepções anarquistas do sindicalismo. Durante o congresso de Berna, em 1876, a discussão sobre a origem dos delegados da Associação foi reacendida e o discurso de Errico Malatesta, então

delegado da seção italiana, estende o anarquismo para além da causa operária ao afirmar “que a Internacional não deve ser uma associação exclusivamente operária” e que “o fim da revolução social, com efeito, não é só a emancipação da classe operária, mas a emancipação da humanidade inteira”⁵. Malatesta havia compreendido os cismas intestinos que dividiram a Internacional, extraindo deles ensinamentos que seriam adotados pelos anarco-sindicalistas de todo mundo. Sua notoriedade enquanto pensador e homem de ação já era bastante sentida nesta época, o que tornou sua influência muito forte entre os anarquistas. Num artigo reproduzido por Neno Vasco, na sua *Concepção anarquista do sindicalismo*, o autor destaca as seguintes palavras de Malatesta:

“Na Internacional, fundada como federação de associações de resistência para dar mais larga base à luta econômica contra o capitalismo, bem depressa se manifestaram duas tendências: uma autoritária outra libertária, que dividiram os internacionalistas em duas facções inimigas, conhecidas ao menos nas duas alas extremas, pelas designações dos nomes de Marx e Bakunin.

Um queria fazer da Associação um corpo disciplinado às ordens duma Comissão central, os outros queriam que ela fosse uma livre federação de grupos autônomos; uns queriam submeter a massa para fazer, conforme a rançosa superstição autoritária, o bem dela à força, os outros queriam sublevá-la e induzi-la a emancipar-se por si mesma; mas um traço comum caracterizava os inspiradores das duas facções: uns e outros prestavam à massa dos associados as suas próprias idéias, julgando que a tinham convertido quando haviam obtido a sua adesão mais ou menos inconsciente”⁶.

Malatesta conclui seu artigo afirmando que não se pode cometer os mesmos erros e que “as causas que por fim a mataram, isto é, a oposição entre autoritários e libertários dum lado, e do outro a distância existente entre os homens de idéias e a massa semi-consciente só movida pelos

interesses [imediatos], acham-se hoje prontas para impedir o nascimento e o crescimento de uma nova Internacional, que fosse como a primeira ao mesmo tempo sociedade de resistência econômica, oficina de idéias e associação revolucionária”⁷. E por fim, fornecendo a orientação que seria adotada pelos sindicalistas revolucionários, termina Malatesta dizendo que:

“A nova Internacional só pode ser uma associação destinada a reunir todos os operários (isto é, o maior número deles) sem distinção de opiniões sociais, políticas e religiosas para a luta contra o capitalismo, e por isso não deve ser nem individualista, nem coletivista, nem comunista; não deve ser nem monárquica, nem republicana, nem anarquista; não deve ser nem religiosa nem anti-religiosa. Única idéia comum, única condição de admissão: querer combater os patrões”.⁸

Esses foram alguns dos desdobramentos que sofreram as concepções anarquistas e os militantes brasileiros estavam sensíveis a tais desenvolvimentos; é forçoso dizer que tais mudanças de concepção foram frutos da experiência de seus militantes, dos erros e acertos do próprio movimento. Este fato foi mal compreendido por diversos historiadores que atribuem este caráter de organização do movimento operário brasileiro a uma fase “primária” ou “pré-política” de sua evolução. Porém, sendo em si uma questão de método de grande relevância política para os anarquistas, por ele pautaram-se os congressos operários brasileiros ocorridos respectivamente em 1906, 1913 e 1920, garantindo os princípios do sindicalismo revolucionário nos moldes europeus.

Com a proliferação das ligas operárias durante os anos de 1903 à 1905, em novembro de 1905 é criada a FOSP (Federação Operária de São Paulo) e em abril do mesmo ano já acontece o “I Congresso Operário Brasileiro”.

A presença dos anarquistas é decisiva para orientar os principais rumos do movimento. Entre outras coisas,

combateram a orientação política do movimento, devendo este ser orientado apenas economicamente: os sindicatos são órgãos de resistência econômica, devendo abster-se do processo eleitoral e das questões religiosas; os anarquistas combateram as posições dos moderados de que uma burocracia remunerada dinamizaria o movimento: defenderam que a remuneração deveria acontecer apenas para um executivo por sindicato somente em casos e circunstâncias muito especiais, e que o salário não excedesse o dos demais trabalhadores sindicalizados; os anarquistas também propuseram a criação da COB (Confederação Operária Brasileira). Dentre as Resoluções do I Congresso Operário Brasileiro, vale destacar duas: *sobre orientação e modalidades sindicais*.

Sobre orientação, aprovou o congresso:

“Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda classe operária, os de mais clara e pronta compreensão; que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha.

O I Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial, e sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.”⁹

Em *modalidades sindicais* foi vivamente rejeitada a remuneração de cargos nos sindicatos por serem suscetíveis de “produzir rivalidades e intrigas, ambições

nocivas à organização” e por atraírem “indivíduos unicamente desejosos de se emancipar individualmente, trabalhando com o exclusivo fim de perceber o ordenado”¹⁰. Nos casos excepcionais por excesso dos serviços sindicais, era permitido um único expediente que não recebesse ordenado superior ao salário normal da profissão. O Congresso decide que esse funcionário não votaria e nem poderia ser votado e que para tais cargos seriam admitidos aqueles sócios inutilizados pelo trabalho

O congresso ainda rejeita a intervenção nos sindicatos de pessoas movidas por interesses contrários ou por idéias e sentimentos estranhos aos interesses dos operários, e decide não admitir patrões e nem qualquer espécie de não-trabalhadores, mas apenas unicamente assalariados; também impede a inclusão de mestres e contra-mestres por serem os representantes dos patrões. Sobre as conquistas imediatas, entre aumento de salário e diminuição das horas de trabalho, esta última é preferida pelo congresso, pois que o descanso facilita o estudo, a educação associativa, a emancipação intelectual e combate o alcoolismo, fruto do excesso de trabalho embrutecedor e exaustivo¹¹. Enfim, o congresso aprova campanha de denúncias contra a imigração, incitando os colonos “a não emigrarem para o Brasil, enquanto vigorar a escravidão nas fazendas”.

Durante o 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913 na cidade do Rio de Janeiro, fora apresentada pela Federação Operária Local de Santos uma moção para que aquela instância nacional recomendasse a propaganda anarquista nos sindicatos; a moção foi rejeitada tendo Edgar Leuenroth, militante expressivo do anarquismo da época, se oposto pelo fato dela violar o princípio de neutralidade dos sindicatos e limitar seu apelo¹². Os anarquistas pretendiam com a neutralidade sindical ressaltar o que havia de essencial no sindicalismo revolucionário¹³: a organização e a ação direta do operário. O sindicato era o meio de “estar entre as massas” e, ao invés de impor-lhes um programa,

devia-se incitar o operário a agir por ele mesmo e cultivar a consciência do antagonismo de classe e a necessidade da luta coletiva.

No entanto, outra questão se impõe: se por um lado o sindicato não pode e nem deve ser declarado artificialmente anarquista, por outro é preciso evitar o que os anarquistas chamaram de “automatismo sindical”, que tende a atribuir virtudes intrínsecas ao sindicalismo, virtudes que conduziriam “automaticamente” e “fatalmente” a uma transformação da sociedade. Sustentavam os anarquistas que “o fato e a ação só valem enquanto produzem a idéia, enquanto são refletidos, enquanto criam um pensamento diretor”¹⁴, daí o risco das conquistas sindicais resultarem estéreis do ponto de vista do projeto revolucionário. Contrapondo-se a esta situação, o sindicato era concebido como instrumento de preparação do terreno para receber a semente lançada pela propaganda revolucionária. Sem a propaganda, comenta Neno Vasco, “as massas, embora associadas, não saberiam interpretar os fatos, nem aproveitar as circunstâncias, lendo, pelo contrário, as lições da experiência no sentido mais grato à sua preguiça e à sua inércia”¹⁵.

É aqui que a luta econômica liga-se a uma ética e uma estética anarquistas que ultrapassam o limitado e sufocante cotidiano fabril; novos lugares são inventados e um novo cotidiano é dado ao indivíduo na forma de bibliotecas, conferências, concertos, piqueniques, espetáculos filo-dramáticos e musicais, realizados pelos sindicatos ou por outras organizações por eles criadas como o Centro de Cultura Social de São Paulo. São lugares cujo objetivo é fazer o operário encontrar, nas palavras de Neno Vasco, “o conforto convidativo da luz, do ar e da arte [antípodas do ambiente fabril], eí-lo definitivamente roubado às consolações dúbias do botequim e das ilusórias fustigações do álcool [...] A música, o teatro, a arte declamatória, enchendo os merecidos ócios do trabalhador, enriquecendo-lhe o cérebro, burilando-lhe o sentimento!”¹⁶.

O tema da subjetividade é hoje bastante relevante nas pesquisas em ciências sociais. Guattari¹⁷ chamou a atenção para a importância dos *fatores subjetivos* em acontecimentos como a revolta dos estudantes chineses e o colapso da ex-URSS na medida em que foram acompanhados de um estilo de vida, de uma concepção das relações sociais e de uma ética e estética coletivas. São práticas que criam valores a partir dos quais os indivíduos se posicionam em relação aos seus desejos e afetos na gestão de suas pulsões. Não se trata, no anarquismo, de valores universalistas, mas de criações heterogêneas e poéticas no sentido etimológico deste termo. E neste aspecto, Foucault chamou de “artes da existência [...] práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo”¹⁸.

A vida como poesia, quer dizer, a vida como criação encontra no anarquismo uma proximidade irreduzível. De um lado ela delinea regras facultativas de conduta e de outro se articula como antípoda da dominação simbólica estatal, como redes articuladas de anti-disciplina para fazer frente à disciplina industrial da paucicéia¹⁹. A prisão, a fábrica, o hospital e as vilas operárias, possuíam os corpos dos operários e concorriam para sua docilidade; era preciso subtrair-lhes as vontades que, burilada pela propaganda anarquista, despertava na existência a invenção de outros horizontes. É como o anarquista Hebert Read concebeu a arte e sua função criadora; segundo ele:

“Para criar é preciso destruir, e o agente da destruição na sociedade é o poeta. Eu creio que o poeta é necessariamente anarquista, e que deve opor-se a todas as concepções organizadas de Estado, não somente as que herdamos do passado, mas também aquelas impostas à humanidade em nome do futuro. Neste sentido não faço distinção entre fascismo e marxismo”²⁰.

Com este objetivo, as práticas de centros de cultura e grupos filo-dramáticos foram privilegiadas; já no II Congresso Estadual Operário de São Paulo, em 1908, é aprovada a resolução que “aconselha aos sindicatos a fundação de centros dramáticos sociais e de sessões onde se entretenham os sócios em palestras amigáveis”²¹; Edgar Rodrigues conta como a representação da peça anticlerical *Electra* em Sábado de Aleluia escandalizou a sociedade paulista no ano de 1901, assim como no ano de 1902 o jornal *O Amigo do Povo* noticia a representação — interrompida pela polícia — da peça *Primo Maggio* de Pietro Gori²²; esses primeiros registros de atividades dramaturgas sinalizam um processo anterior de associação e autoconhecimento do movimento fomentado pela atividade sindical; registra-se uma intensa atividade dramaturga na cidade de São Paulo, com finalidades diversas: de solidariedade, propaganda, comemoração ou simples entretenimento. As atividades tinham geralmente o seguinte formato: 1) Concerto Musical de hinos ou canções operárias e revolucionárias; 2) Conferência de algum tema relevante; 3) Representação teatral, e; 4) Baile. “Era hábito comemorar o 1º de Maio, 14 de Julho (tomada da Bastilha) e o 13 de Outubro (fuzilamento de Ferrer) com representação de peças sociais”²³. O anarquismo ganha a dimensão da vida dos indivíduos e isso é verificado num ilustrativo artigo escrito pelo militante paulista Souza Passos no jornal *A Plebe*, em 16/07/1948, no qual afirma que não se pode reter do anarquismo apenas seu aspecto de crítica social em detrimento de sua finalidade estética, e grifa que “a arte, essencialmente anárquica, porque é, sem dúvida, a expressão mais livre do individualismo e que tem uma função criadora, quase nunca esta ligada aos motivos de luta e combate (...). Isto tem feito com que (...) não se conceba o anarquismo senão como um ideal de famintos, apenas como instrumento de reivindicações proletárias, encerrado num problema econômico e moral das massas trabalhadoras”²⁴.

Podem ser destacados vários temas valorizados dentro desta ética anarquista, mas falaremos de um deles, e o mais relevante: o espírito da revolta. O anarquista A. Hamon, depois de coletar os resultados de um questionário aplicado em 1893, visando descobrir o “estado d’alma” dos adeptos do anarquismo, chegou à conclusão de que “todos os anarquistas-socialistas são revoltados, embora nem todo revoltado seja um anarquista-socialista”²⁵. No anarquismo, a rebelião do indivíduo é a condição primeira de sua libertação do sistema autoritário; por ela, o indivíduo se coloca em estado de perpétua desobediência frente aos guardiães da autoridade. Não é uma revolta lógica, mas visceral, é um grito como nas palavras de Proudhon: “A cólera, a indignação, o desespero, todas as paixões de uma alma exaltada que, sentindo-se esmaga por uma força superior quer, antes de morrer, lançar seu dardo o mais profundamente possível: tais têm sido as verdadeiras motivações de minha conduta política”.²⁶

O tema da revolta leva, no anarquismo, à questão da auto-responsabilidade do indivíduo²⁷ no sentido em que, negando-se a tutela da autoridade, o indivíduo chama para si o governo e a responsabilidade de seus atos. Implica faculdade ética como conteúdo moral, que Proudhon denomina *moral imanente*; se em Kant o conteúdo moral é transcendente, em Proudhon e no anarquismo ele é imanente ao indivíduo. Ora, esse é um tema de grande atualidade e corrobora as teses foucaultianas do “cuidado de si”. Na estética da existência grega, Foucault chamou a atenção para as práticas que constituem uma “moral” cuja importância recai nas formas das relações que o indivíduo mantém consigo, nos procedimentos pelos quais essas práticas são elaboradas e nos exercícios pelos quais os indivíduos permitem transformar seu próprio modo de ser; por isso Foucault disse que esta seria uma *moral orientada para a ética*, ao contrário da moral cujo valor

recai sobre os códigos ligados a instâncias de autoridade que os fazem valer pela imposição sob pena de incorrer num castigo.

É assim que “agir livremente” implica “querer livremente”, e o anarquista acaba por autoconstituir-se enquanto indivíduo com vontade autônoma em sua relação com o outro. As conseqüências são uma reelaboração das práticas sociais e a invenção de um estilo de vida singular. O “homem revoltado” é um dos grandes temas para se estudar a ética no anarquismo, e dele podemos tirar lições valiosas para nossa época.

Notas

¹ Jacques Freymond. *La Primera Internacional*. Tomo I. Madrid, Editora Zero, 1973.

² *Ibidem*, p. 93.

³ *Ibidem*, p. 112.

⁴ *Ibidem*, p. 113

⁵ Neno Vasco. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto, Afrontamento, 1984, pp. 87-88.

⁶ *Ibidem*, pp. 89-90.

⁷ *Ibidem*, p. 90.

⁸ *Ibidem*, pp. 90-91.

⁹ Edgar Rodrigues. *O anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1992, p. 121.

¹⁰ *Ibidem*, p. 125.

¹¹ *Ibidem*, p. 129.

¹² Maram Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o movimento operário brasileiro – 1890/1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 92.

¹³ Os termos *anarco-sindicalismo* e *sindicalismo revolucionário* são geralmente empregados para distinguir o sindicalismo de tipo anarquista, com métodos de ação direta e federalista, daquele sindicalismo ligado a instâncias de poder e que se pauta pelo método da representação; uma outra distinção se refere às questões de concepção: na 1ª Internacional os sindicalistas criticavam nas *Trade's Unions* “sua obra de reação imediata” e predicavam que a submissão do trabalho é a fonte da servidão política, moral e material; assim, o objetivo da ação sindicalista era o da emancipação integral do trabalhador pelo próprio trabalhador.

- ¹⁴ Neno Vasco, op. cit., p. 97.
- ¹⁵ Idem, p. 101.
- ¹⁶ Neno Vasco, 1984, pp. 130-131.
- ¹⁷ Félix Guatarri. *Caosmose – um novo paradigma estético*. São Paulo, Ed. 34, 1992.
- ¹⁸ Michel Foucault. *História da Sexualidade 2 – o uso dos prazeres*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 15.
- ¹⁹ Margareth Rago. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- ²⁰ Herbert Read. *Anarquia y ordem*. Buenos Aires, Tupac, 1959, p. 60.
- ²¹ Maria Thereza Vargas. *Teatro operário na cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentação Artística, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980, p.13.
- ²² Edgar Rodrigues. *O anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1992, p. 110-111.
- ²³ Ibidem, p. 112.
- ²⁴ Maria Thereza Vargaas. op. cit., pp. 142-143.
- ²⁵ Hamon Augustín . *Psicologia do Anarquista-Socialista*. Lisboa, Guimarães Editores, 1915, p. 59.
- ²⁶ Heintz Peter . *Problemática de la autoridad en Proudhon*. Buenos Aires, Ed. Proyección, 1963, p. 141.
- ²⁷ Ibidem.

resumo

A partir da noção de estética da existência de Michel Foucault, o presente artigo discute como práticas culturais anarquistas levam a uma problematização da pessoa e a construção de uma subjetividade libertária. O tema da revolta leva, no anarquismo, à questão da auto-responsabilidade do indivíduo no sentido em que, negando-se a tutela da autoridade, o indivíduo chama para si o governo e a responsabilidade de seus atos.

abstract

From the concept of aesthetic of existence of Michel Foucault, this article discusses how anarchist cultural practices lead to a problematization of the individual and the construction of a libertarian subjectivity. The theme of revolt, in anarchism, conducts to the question of self-responsibility. By denying the guardianship of authority, the individual assume for himself the government and responsibility for his acts.